

Afinal, foi uma descoberta?

Justo González faz um arranjo interessante e importante ao colocar duas eras em separado didaticamente, mas que aconteceram de forma simultânea no tempo: a era dos reformadores e a era dos conquistadores. Afinal, enquanto Lutero e outros abalavam o continente europeu com a Reforma Protestante, longe dali, além mar, Colombo e outros iniciavam uma das páginas mais controversas da história: a descoberta do Novo Mundo.¹

Escolhi dar um título provocativo para este bloco apenas para ponderar logo no princípio que todas as tensões, tragédias e catástrofes que se deram no empreendimento das Américas se deveu ao fato de que o termo “descobrimento” não faz jus de maneira alguma ao que ocorreu quando Colombo e Cabral desembarcaram aqui. O fato é que haviam habitantes nestas terras, povos com cultura e língua próprios, territórios demarcados entre eles, impérios consolidados e um universo de vida e cultura que nos dão a garantia de que a “descoberta” das Américas não foi outra coisa senão uma invasão seguida de roubo, assassinato e expropriação. Essa moldura nos ajudará a ver o que realmente estava acontecendo quando Colombo aportou na ilha de Guanahani em 1492.

Após a reconquista da região da Granada pelos reis católicos da Espanha, Fernando e Isabel, o cenário estava pronto para entrar em cena Cristóvão Colombo, um navegador de origem obscura (tido tradicionalmente como genovês) que aos 25 anos chegou a Portugal e casou-se com Felipa Muniz, filha da nobreza portuguesa. A princípio Colombo teria apresentado um projeto de explorar o Atlântico ocidental a corte portuguesa. Contudo, a morte de sua esposa acarretou a perda de sua conexão com a nobreza portuguesa, o que levou Colombo a abandonar Portugal e ir para a Espanha com seu filho Diego, esperando apresentar seu projeto aos reis católicos. De fato, Colombo o fez e após uma série de estudos, decidiu-se por colocar o empreendimento em espera. Foi apenas quando Colombo já estava pronto para oferecer-se aos franceses ou ingleses que recebeu atenção dos reis e começou então um longo processo de negociações sobre qual seria a parte de Colombo nas terras que viesse a descobrir em sua viagem, sendo firmada em 1492 as “Capitulações da Santa Fé”: um acordo que dava a Colombo o título de Almirante e Vice-Rei das terras que fossem descobertas. Esse acordo deixa claro que os reis católicos não tinham ideia do que viria a seguir.

Naquele mesmo ano, 1492, Colombo partiu com as três caravelas que deram continuidade a história: chegaram as Américas no dia 12 de outubro de 1492, em Lucaias, descendo em seguida para o sul, na direção de Cuba e Haiti. Colombo batizou a atual Haiti de “Espanhola” e iniciou a construção de um forte, para quase em seguida retornar a Espanha com provas de seu “descobrimento”. Outro capítulo importante dessa história deu-se em 1500, quando Pedro Álvares Cabral partiu de Portugal com destino as Índias visando estabelecer uma nova rota comercial. Ao distanciar-se da costa africana seguindo instruções de Vasco da Gama, acabou desviando-se muito de seu caminho, avistando a costa do Brasil em 22 de abril de 1500, data do “descobrimento” do Brasil. Por este tempo já estava em vigor o Tratado de Tordesilhas, um tratado feito entre Portugal e o Reino de Castela intermediado pelo poder papal que dividia as terras descobertas e por descobrir fora da Europa entre ambos os reinos.

Assim, Portugal e Espanha iniciaram o processo de ocupação e exploração do novo continente. Após o empreendimento de Colombo, muitos barcos espanhóis deixavam a península ibérica atraídos pelos metais preciosos e outras riquezas do novo mundo. Desde o princípio o encontro entre europeus e índios, que nos primeiros instantes foi cheio de gentilezas, tornou-se deteriorado pelos abusos dos espanhóis e retaliações dos indígenas. Logo desenvolveu-se o sistema de “encomendas”, que significa trazer índios para que um encomendero pudesse utilizar a mão de obra dos índios para o trabalho agrícola, extração de metais preciosos e outras riquezas naturais. A tentativa de justificar o sistema de encomendas era de que em troca eles receberiam educação religiosa cristã e com isso a salvação.

O desdobramento da conquista deixa claro que os interesses colonizadores sempre apresentavam um discurso evangelizador, em especial no caso da conquista espanhola. Este fato nos ajuda a compreender todas as enormes complexidades que estão contidas em um empreendimento que misturou as conquistas e massacres a pregação do Evangelho. A colonização das américas será marcada por essa união entre a cruz e a espada: cristãos, alguns deles sinceros, escravizando e matando com a firme crença de que a vontade de Deus estava implicada em todas as aquelas coisas. Todavia, nem todos viam as coisas pela mesma perspectiva

¹ GONZALEZ, Justo. *História Ilustrada do Cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.133-249

Justificando a conquista

Logo que Colombo reportou a coroa espanhola o “descobrimento”, iniciou-se um processo de tentativa de justificar a conquista e exploração da nova terra. Neste sentido, foi utilizado um padrão comum nos séculos anteriores: os reis católicos pediram ao papa bulas que autorizavam viagens de exploração, colonização e conquista. Na verdade, esse padrão vem das cruzadas e das guerras que os próprios reis católicos lutaram contra os mouros na tomada de Granada, ou seja: os papas declaravam guerra aos infiéis e entregavam a tarefa a reis cristãos; quando estes venciam as terras conquistadas ficavam sob seu domínio. Logo, a conquista era encarada pelos espanhóis da mesma forma.

Foi nesse contexto que o Papa Alexandre VI expediu bulas papais concedendo autorização aos reis espanhóis para a exploração das novas terras e também dando-lhes autoridade política e religiosa. Em 1508 o papa Júlio II daria a concessão de patronato real ao rei católico Fernando, o que significa que todas as igrejas estavam sob sua jurisdição e lhe davam o direito de apresentação, o que significava apresentar ao papa um candidato a uma posição eclesiástica sob seus domínios que era praticamente validada por Roma. Assim, a igreja fundada nas Américas estava mais ligada a coroa espanhola e menos ao papa em Roma.

Essas bulas papais tinham a função de dar legitimidade religiosa ao empreendimento da conquista e prover uma justificativa de que os esforços de conquista tinham uma função evangelizadora. Contudo, nem todos aceitaram esta justificativa e dentre as vozes que protestaram destacaremos Frei Bartolomeu de Las Casas. Bartolomeu nasceu em Sevilha em 1474 após licenciar-se em leis veio para as Américas em 1502 e permaneceu 10 anos em espanhola, onde viveu como encomendero sem se preocupar com os abusos que os índios sofriam. Tudo mudaria em 1511, quando chegaram os dominicanos. Naquele mesmo ano, as vésperas do Natal, o sacerdote dominicano Antônio de Montesinos pregou um sermão abrasador contra os abusos e violências que estavam sendo cometidos contra os índios, causando uma grande polêmica em Espanhola que chegou até os ouvidos da coroa na Espanha. Pela primeira vez, começou-se a questionar a validade do empreendimento da conquista.

Entre 1511 e 1514 Bartolomeu foi ordenado sacerdote mas foi apenas no período de Pentecostes de 1514 que ocorreu em sua vida uma guinada na forma como via a conquista e a partir de então tornou-se um fervoroso porta voz dos oprimidos pela conquista. De Las Casas chegou a receber um território em Cumaná, atual Venezuela, para testar seus métodos de evangelização pacífica mas após todos os empecilhos que os encomenderos lhe puseram e todos os episódios de violência, percebeu o fracasso do projeto e retornou a Espanhola, depois indo a Nicarágua, Guatemala e México, fazendo trabalho missionário e agregando inimigos encomenderos por onde passava.

Em 1540 Bartolomeu retornou a Espanha onde escreveu “Breve relatório da destruição das Índias”, livro que causou grande polêmica na época. Carlos V, soberano do império, tentou impor sua autoridade promulgando as “Leis Novas”, que restringiam o direito dos espanhóis sobre os índios. Logo esse edito foi esquecido e Bartolomeu retornou as Américas como bispo de Chiapas, sul do México, onde despertou novamente grande conflito com os encomenderos. Bartolomeu retornaria a Espanha em 1547, vindo a falecer em 1566.

Outra voz muito importante do período que se envolveu na mesma polêmica da legitimidade ou não da conquista das Américas pelos espanhóis foi Francisco de Vitória, dominicano professor de teologia na Universidade de Salamanca que é tido como “fundador do direito internacional”. Em sua obra “Relações teológicas dos índios” Francisco relata e analisa os argumentos que procuravam justificar o empreendimento, refutando cada um deles: o imperador é senhor do mundo e também das terras dos índios; o papa concedeu os territórios aos reis católicos; os espanhóis tem direito a terra pois a descobriram; os índios perderam seu direito a terra por não terem em Cristo; os espanhóis devem castigar os índios por seus pecados; os índios poderiam escolher voluntariamente os reis espanhóis como seus senhores; e o último que alegava que Deus teria doado as terras aos reis espanhóis. Vitória também analisou quais seriam os motivos justos: direito da livre comunicação e livre comércio; direito de pregar o Evangelho; direito de mediar os conflitos entre os índios devido a sacrifícios humanos e antropofagia e outros por eles listados.

A obra de Francisco de Vitória é importante pois nos ajuda a ver a tentativa praticamente desesperada de conciliar os lucros da conquista com o teor da fé cristã professada pelos conquistadores, ao mesmo tempo que expõe a fragilidade dos argumentos. Fato é que os argumentos dos motivos justos de Francisco foram utilizados largamente na conquista e colonização das Américas.

O cenário agora está devidamente montado para se compreender uma parte significativa do que aconteceu nas Américas no período dos conquistadores: de um lado os índios que viviam segregados em tribos e etnias e que mantiveram relações variadas com os europeus, ora inimigos, ora aliados contra inimigos comuns; de outro lado os conquistadores que viam os índios como bárbaros selvagens e viam nas Américas oportunidade de conquistar riqueza e fama, terras e ouro, justificando tudo isso com um discurso cristão e evangelizador; no meio disso tudo cristãos sinceros, em grande parte missionários, que vieram para as Américas com o desejo sincero de evangelizar os índios e que se viram na tarefa de defendê-los de seus próprios compatriotas.

